

RESUMO PARA OS CIDADÃOS

Apresentação do Programa

O Acordo de Parceria aprovado pela Comissão Europeia (CE) através da Decisão C(2014) 5513 de 30 de julho, definiu as orientações fundamentais para a utilização dos fundos estruturais e para a estruturação dos programas operacionais.

O **Programa Operacional Regional do Alentejo – ALENTEJO2020** constitui o principal instrumento financeiro ao dispor da Região para implementação da Estratégia de Desenvolvimento Regional para o período compreendido entre 2014 e 2020, sendo complementado por outros instrumentos financeiros que integram igualmente o Portugal 2020. A aprovação formal do Programa pela Comissão Europeia ocorreu a 18/12/2014 através da Decisão C(2014) 10163.

O processo de planeamento e preparação do ALENTEJO2020 envolveu a colaboração e a parceria empenhadas de diversos atores regionais e locais, tendo sido traçados os seguintes objetivos macro para a região no horizonte 2020:

- Incrementar em 15% o valor do PIB Regional;
- Integrar em 2020 o grupo das regiões classificadas como “*Innovation follower*” (no âmbito do *Regional Innovation ScoreBoard*);
- Aumentar a percentagem de população, entre os 30 e os 34 anos, com ensino superior ou equiparado, tendo como objetivo atingir 40%;
- Reduzir o abandono escolar precoce, tendo como meta os 10% em 2020;
- Aumentar a percentagem de população adulta (25-64 anos) abrangida por ações de aprendizagem ao longo da vida – meta 10% em 2020;
- Atenuar em 10% as assimetrias territoriais, reduzindo o desvio do PIB por habitante;
- Diminuir a taxa de desemprego, passando de 16% em 2012 para 10% em 2020;
- Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica doméstico, não doméstico (comércio e serviços) e público.

A estrutura do ALENTEJO2020 reflete as opções nacionais consubstanciadas no Acordo de Parceria, designadamente na articulação dos PO Temáticos com o PO Regional, bem como as Prioridades de Intervenção da Estratégia de Desenvolvimento Regional, nomeadamente na concretização dos objetivos acima elencados, incidindo nos seguintes vetores-chave:

- Revitalização da base económica através do Reforço da Competitividade e Internacionalização das PME (Eixo 1);
- Reforço dos níveis de investimento no Ensino, na Qualificação do Capital Humano e nas diversas modalidades de Aprendizagem ao Longo da Vida (Eixo 2);
- Reforço dos níveis de investimento nos domínios da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, em consolidação e desenvolvimento do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (Eixo 3);
- Melhoria das condições de atractividade dos centros urbanos regionais e dos centros urbanos estruturantes (Eixo 4);
- Apoio a intervenções de Promoção do Emprego, da Coesão, Inclusão Social e Combate à Pobreza e Valorização Económica dos Recursos Endógenos (Eixos 5 e 6);
- Apoio a prioridades relativas à Eficiência Energética, Mobilidade, Ambiente e Sustentabilidade, nos domínios da Economia com Baixas Emissões de Carbono, da Proteção do Ambiente e da Promoção da Eficiência dos Recursos (Eixos 7 e 8);
- Apoio a ações relacionadas com a Capacitação Institucional e a melhoria da Administração Pública e de parceiros territoriais de apoio ao desenvolvimento e a Assistência Técnica do Programa (Eixos 9 e 10).

O Programa estrutura-se assim em torno de **10 eixos prioritários**, articulados entre si, segundo uma lógica de intervenção organizada por domínios temáticos, convergentes e coerentes com os objetivos e metas da Estratégia

Europa 2020, dispendo de uma dotação global de 1.082,9 M€, dos quais 898,2 M€ FEDER e 184,7 M€ FSE, com a seguinte distribuição por eixos prioritários:

Eixos Prioritários		Total FEEI (M€)	FEDER (M€)	FSE (M€)
1	Competitividade e Internacionalização das PME	363,5	363,5	0
2	Ensino e Qualificação do Capital Humano	131,3	41,8	89,5
3	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	67,9	67,9	0
4	Desenvolvimento Urbano Sustentável	126,9	126,9	0
5	Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos	81,9	23,6	58,3
6	Coesão Social e Inclusão	109,4	76,7	32,7
7	Eficiência Energética e Mobilidade	102,9	102,9	0
8	Ambiente e Sustentabilidade	57,1	57,1	0
9	Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	11,3	7,1	4,2
10	Assistência Técnica	30,7	30,7	0
Total		1.082,9	898,2	184,7

Síntese da execução global e por eixo prioritário até 31/12/2016

O ano de 2016 representou a consolidação da fase de arranque da execução do Programa Operacional, tendo sido marcado por alguns aspetos como a aprovação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo na sequência da Designação da Autoridade de Gestão, através da homologação pelo Ministro das Finanças, datada de 02/08/2016, o que viabilizou a submissão em 2016 de dois pedidos de pagamento intercalares FEDER à CE. Ao nível das Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS), foi concretizada a sua materialização através de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), em centros urbanos de nível superior, propostos pelas Autoridades Urbanas. A 07/12/2016 foram homologados os organismos intermédios no âmbito dos PEDU contratualizados, através da Deliberação CETP n.º 8/2016 [entretanto alterada pela Deliberação CETP n.º 1/2017], constituindo-se como Autoridades Urbanas. Também em dezembro de 2016, foi comunicada à Autoridade de Gestão do ALENTEJO2020, a aceitação pela Comissão Europeia dos mapeamentos das infraestruturas empresariais.

A execução do PO registada até 31/12/2016 revela 917 candidaturas aprovadas, envolvendo um custo total elegível de 376,3M€, a que corresponde uma comparticipação dos FEEI no montante de 250,2 M€, dos quais 229,8M€ FEDER e 20,4M€ FSE. No final de 2016 a taxa de aprovação global era de 23,8%, o que representou o triplo face ao ano anterior. No caso do FEDER a taxa de aprovação registada foi de cerca de 25,6%, enquanto que no respeitante ao FSE rondou os 11%.

Eixo Prioritário	Fundo	N.º operações aprovadas	Custo total elegível das operações apoiadas - M€	Fundo aprovado - M€
1 - Competitividade e internacionalização das PME	FEDER	590	214,5	130,0
2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano	FEDER	28	11,2	8,7
	FSE	4	2,0	1,6
3 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e Inovação	FEDER	80	27,1	22,0
4 - Desenvolvimento urbano sustentável	FEDER	56	45,1	25,7
5 - Emprego e valorização económica de Recursos Endógenos	FEDER	0	0	0
	FSE	51	5,2	2,7
6 - Coesão Social e Inclusão	FEDER	6	11,9	9,7
	FSE	1	18,9	16,0
7 - Eficiência energética e Mobilidade	FEDER	9	4,3	3,6
8 - Ambiente e Sustentabilidade	FEDER	67	25,6	20,6
9 - Capacitação institucional e modernização administrativa	FEDER	12	4,2	3,6
	FSE	2	0,1	0,1
10 - Assistência Técnica	FEDER	11	6,2	5,9
Totais FEDER		859	350,1	229,8
Totais FSE		58	26,2	20,4
Totais PO		917	376,3	250,2

No ano de 2016 foram ainda aprovadas as operações que mobilizam instrumentos financeiros. No caso Eixo 1 foram criados o Fundo de Fundos de Dívida e Garantia e o Fundo de Fundos de Capital e Quase-Capital), num montante total elegível 49,5M€ a que corresponde uma comparticipação FEDER de 30,6M€, ambas promovidos pela IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. No âmbito dos instrumentos financeiros para a reabilitação e revitalização urbanas foram aprovadas 4 operações que ascendem a um montante elegível de 33,6M€ a que corresponde um valor FEDER de 14,5M€, promovidas pela Estrutura de Gestão do IFRRU 2020.

No que concerne à execução financeira, manteve o forte dinamismo do Eixo 1, alavancado pelo desempenho do Sistema de Incentivos, com uma despesa elegível de 28,2M€, num total de despesa elegível associada ao FEDER de 28,4M€. Relativamente ao FSE foi efetuado um esforço por parte da AG, após disponibilização de ferramenta de análise do SIFSE, para que, já em 2017, se procedesse à validação de despesa FSE.

Em termos globais, foi atingida uma validação de despesa elegível no montante de 32,1M€, a que corresponde uma taxa de execução de 2,4%. No tocante aos pagamentos, foi pago um montante de FEEL aos beneficiários de 49,1M€, onde se inclui o contributo do ALENTEJO 2020, com um cumprimento de 120%, para as metas do Plano 450, que visava pagar aos beneficiários do Sistemas de Incentivos às empresas do Portugal 2020 450M€ até ao final de 2016.

Resultados Alcançados

A 31/12/2016 o ALENTEJO2020 ainda não apresenta um conjunto de operações concluídas, que constituam uma base consistente e robusta para a realização de análises aprofundadas, uma vez que não permitem a construção de

tendências de desempenho. Contudo, existem alguns indicadores de realização que já tiveram contributo de operações concluídas:

Eixo	PI	Indicador de realização	Unidade de medida	Valor alvo (2023)	Valor cumulativo - operações aprovadas	Valor cumulativo - operações plenamente executadas
4	4.5	Planos de Mobilidade Urbana Sustentável Implementados	n.º	5	5	5
4	4.5	Nº de projetos de mobilidade aprovados	n.º	25	22	3
4	6.5	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	m ²	217.209	103.424	16.900
4	9.8	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	m ²	12.703	94.416	419
8	6.5	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	m ²	15.583	16.383	497

No caso dos *Planos de Mobilidade Urbana Sustentável Implementados* a realização alcançada corresponde à meta definida, ou seja, um plano por cada NUTS III da região. Os dois últimos indicadores do quadro acima são suscetíveis de revisão, em virtude dos custos unitários de referência utilizados em sede de programação, com base na experiência dos períodos de programação anteriores, não corresponderem aos custos de implementação do PO.

Em termos de execução física e quadro de desempenho importa referir que, especialmente no domínio temático Competitividade e Inovação há um conjunto de indicadores que, ao nível das aprovações, se aproximam das metas de 2023 e, em alguns casos, até já se encontram superados. Na maioria dos casos esta situação prende-se com o motivo acima identificado, dos custos unitários de referência utilizados.

Síntese dos principais problemas identificados e medidas adotadas

Em 2016, apesar dos esforços envidados pela AG não foi possível operacionalizar as tipologias integradas no DLBC, tendo havido, em particular no último trimestre, forte articulação entre a tutela, AG dos POR, AD&C, Federação Minha Terra e CIM na elaboração de um regulamento específico para a criação de um sistema de incentivo ao empreendedorismo e emprego, aplicável igualmente no âmbito dos ITI, o qual só veio a ser aprovado já em 2017.

No capítulo dos mapeamentos das necessidades de intervenção a apresentar para aceitação pela Comissão Europeia, no final de 2016 encontram-se ainda em elaboração os referentes às infraestruturas de I&I (em elaboração pela ANI), e aos equipamentos sociais.

No que concerne aos sistemas de informação, têm-se verificado atrasos e dificuldades na sua operacionalização. Contudo, os desenvolvimentos realizados no decurso de 2016 permitiram, de um modo geral, obter as funcionalidades necessárias, ainda que, em alguns casos, com necessidade de recurso a soluções de contingência. A utilização de uma plataforma única de *front office* para os beneficiários (Balcão 2020), obriga a uma articulação permanente entre as várias AG, trazendo maior morosidade ao processo de desenvolvimento desta plataforma e de adaptação e desenvolvimento dos sistemas de informação de cada uma das AG (*back office*) e, em especial, uma articulação de enorme proximidade com a AD&C na identificação de problemas e na implementação de soluções.

Outras condicionantes a enumerar prendem-se com a exigência que envolveu o processo de Designação da AG, em particular no decorrer do 1.º semestre do ano, e a sobreposição dos períodos de programação do QREN e do Portugal 2020, sendo que em 2016 o secretariado técnico esteve envolvido na elaboração do pedido de certificação final de despesas, bem como na elaboração do relatório final de execução do INALENTEJO.

Mais informações sobre o Portugal 2020 e sobre o ALENTEJO2020 disponíveis em:

www.portugal2020.pt e www.alentejo.portugal2020.pt